

DEMOCRACIA PARTIDÁRIA É PRA VALER!
TESE DO GRUPO DE INDEPENDENTES
AO VII CONGRESSO DO PSOL DO DISTRITO FEDERAL, 2020

A presente tese é uma produção coletiva de militantes independentes. Em sua elaboração foram aproveitados textos anteriormente divulgados. Está aberta a novas contribuições e adesões.

Conjuntura Nacional

O Brasil e o DF passam por um período de ataques à democracia e aos direitos sociais. Aquilo que parecia uma marolinha se revelou um tsunami neofascista e neocolonialista que ameaça a democracia, levando junto as(os) ativistas que lutam pelo socialismo e pelos direitos sociais, de trabalhadores(as), mulheres, LGBTIA+, negros, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos vulnerabilizados.

Sem dúvida alguma, os maiores ataques acontecem sobre as condições de vida e trabalho de dezenas de milhões de trabalhadores e trabalhadoras do país. Primeiro foi a reforma da previdência, depois o aprofundamento da reforma trabalhista de Michel Temer, com a chamada carteira verde e amarela que, se implantada, retrocederá mais de um século de direitos da classe trabalhadora. Agora temos a tentativa de imposição da reforma administrativa, com impacto bastante acentuado no Distrito Federal, em se considerando o peso do setor público na economia da capital da república.

Para mais facilmente impor seus ataques à nossa classe, o governo Bolsonaro atua de forma indisfarçada para cooptar as diversas instituições do Estado aos desígnios do clã que está no

poder, em harmonia com os falsos religiosos, ou vendilhões do templo, em aliança com o crime organizado melhor representado pela milícia carioca e com setores da lumpem-burguesia, assim como a parcela mais entreguista dos militares. A esse grupo se somam a parcela menos poderosa dos barões da mídia, assim como uma parte considerável do baixo clero da política brasileira. Todavia, o que de fato importa, é que esse amplo arranjo da podridão política, se coloca à serviço do grande capital financeiro e também do grande capital mercantil, agrário, industrial e minerador, além do difuso setor de serviços.

Nesse contexto, quando de forma inequívoca se constrói uma ditadura de extrema-direita em nosso país, não há outra solução se não chamar o povo à luta, defendendo abertamente o FORA BOLSONARO.

Não faz mais sentido brandir o "nenhum direito a menos" quando já são vários direitos a menos e a tendência é piorar. Devemos sempre dizer a verdade ao povo. Façamos a reflexão: alguma das liberdades democráticas duramente conquistadas, alguma regra minimamente "republicana", algum direito trabalhista ou social, alguma conquista civilizacional ficará de pé se Jair Bolsonaro governar até 2022? Haverá alguma chance de eleições minimamente democráticas em 2022 com Jair Bolsonaro na presidência, Sérgio Moro no Ministério da Justiça ou no STF e Aras na PGR? Certamente não.

O Governo Ibaneis

Primeiro registro necessário: o governador Ibaneis Rocha, do MDB, encontra-se, até pelo seu passado de presidente da OAB-DF, no terreno da institucionalidade democrática, o que não pode ser dito em relação a Jair Bolsonaro.

É um novo dirigente da direita brasileira, mas não se posiciona como um radical de extrema-direita. Considerando os tempos de retrocessos em relação às conquistas civilizacionais e às liberdades democráticas, esse realmente é um registro necessário.

Fora isso, há algumas semelhanças entre a política de Ibaneis e a de Bolsonaro.

Ambos têm uma política neoliberal em termos econômicos. A condução do BRB é uma prova disso. O banco, que deveria ser de cunho social, acumula lucros recordes, à exemplo do restante do mercado financeiro. Segundo o Jornal de Brasília, o banco teve um lucro superior a 412 milhões de reais em 2019. O crédito consignado, modelo que afeta terrivelmente os servidores com grande endividamento, tem saldo de quase 6 bilhões de reais.

Ibaneis revela-se um privatista e um crítico contumaz dos serviços públicos, mesmo sendo responsável pelos mesmos. Contrariando discurso de campanha, avançou com a terceirização na área de saúde e pretende fazer o mesmo na assistência social.

A militarização das escolas é uma resposta deturpada aos problemas reais existentes na educação e que, de alguma forma, explicam a adesão de parte significativa da comunidade escolar ao projeto de inspiração autoritária. Precisamos reconhecer e apresentar soluções ao fato de o Brasil ser o país onde mais se registra agressões a professores e professoras.

Neste ponto o governo, intencional e espertamente, confunde segurança com repressão, disciplina com autoritarismo e ainda alimenta visões reacionárias e anticientíficas que terminam por afrontar o princípio da liberdade de cátedra aos professores e professoras.

No setor cultural tentou transferir os recursos do Fundo de Apoio à Cultura às empreiteiras, no controverso projeto de reforma do Teatro Nacional à custa dos recursos destinados aos artistas da

cidade, responsáveis, segundo a Frente Unificada da Cultura, pelo emprego de aproximadamente 10 mil pessoas.

Ao fragilizar o Estado como indutor da economia, contribui para manutenção da crise econômica. Ainda assim o crescimento da economia distrital tem sido superior ao da combatida economia nacional. Em grande medida isso se deve à indústria da construção civil, bastante estimulada, no Distrito Federal (DF), pela especulação imobiliária.

O aumento das tarifas no transporte público e a recusa em investigar seriamente a chamada tarifa técnica, reveste-se de notória opção favorável aos grandes e monopolistas empresários do setor de transporte, ao mesmo tempo em que sacrifica a população com o maior aumento proporcional em todo país.

Temos um desemprego que supera a casa das 330 mil pessoas, um dos maiores índices em se tratando das maiores metrópoles brasileiras.

Essa estatística desvela outra, igualmente perversa: o DF é uma das unidades da federação com maior desigualdade social. Por aqui a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é imensa. Com efeito, temos na capital da república uma das mais numerosas parcelas do setor mais explorado e oprimido da classe trabalhadora brasileira. Em termos percentuais o número de desempregados, subempregados e desalentados no Distrito Federal está acima da média nacional.

Temos, também, um vasto segmento da pequena-burguesia propenso à direita e à extrema-direita, os quais estão presentes no governo Ibaneis, mas não se sentem particularmente representados por ele. Na ausência de uma liderança de extrema-direita de grande envergadura (embora existam candidatos e candidatas) o governador emedebista vai mantendo apoio político nesse segmento.

Entre servidores públicos do GDF há um acúmulo de frustrações com um governador que se esmerou em fazer promessas. No que se refere ao pagamento dos reajustes previstos em lei desde 2013, foram cinco promessas desde a posse, as quatro primeiras não foram cumpridas e a última foi de negociar com sindicatos em março de 2020.

Outro problema de grande e lamentável magnitude: tem crescido assustadoramente a violência contra a mulher e em particular o feminicídio. À parte as origens estruturais dessa chaga social, não há dúvida que os governos podem ajudar ou atrapalhar na solução do problema.

Bolsonaro com sua história e seu discurso reconhecidamente misógino e machista, tem sua imensa parcela de responsabilidade no agravamento do problema. Ibaneis, com a ineficiência de suas políticas sociais, seja na área da assistência social seja na de proteção à mulher, também tem sua parte de responsabilidade. Registre-se, por exemplo, que a Casa da Mulher Brasileira está fechada desde abril de 2018.

O Buriti tem maioria folgada na Câmara Legislativa. Nenhuma dúvida quanto ao método com o qual essa maioria foi conseguida: o fisiologismo. Isso se mede, por exemplo, na criação de novas administrações regionais, cujos cargos comissionados se fazem a partir da desidratação de secretarias e políticas sociais.

À despeito da atuação parlamentar da oposição, formada por PSOL, PT e parcialmente pela REDE e PDT, não há sinais de que a Câmara Legislativa resista à força do Diário Oficial e de suas nomeações e liberações de recursos segundo critérios não necessariamente vinculados às necessidades do povo. Vide, como ilustração, o empenho de 39 milhões de reais em propaganda, e a execução de 22 milhões, apenas no 3º trimestre de 2019. Enquanto isso os benefícios eventuais da assistência social, que servem como

um mero atenuante ao desemprego, continuam atrasados há 4 meses.

Ibaneis conta com a passividade da maioria dos sindicatos cuja base é formada por servidores distritais. Uma das exceções, o SINDSASC, tem procurado manter a categoria em luta, seja pelas razões próprias de categoria, seja pela defesa da política de assistência social, cuja relevância pode ser medida pelo fato de morarmos um dos países mais desiguais do mundo.

Com as igrejas neopentecostais, hoje um fator objetivo na situação política nacional e até internacional, se considerarmos os recentes acontecimentos na Bolívia, o Governo do Distrito Federal mantém relação simbiótica. Ibaneis acaba de agraciar esse segmento com um projeto de lei que visa legalizar áreas públicas invadidas pelas igrejas, quase todas de cunho comercial, os chamados mercados da fé.

Não se trata aqui de discutir a laicidade do Estado e a saudável prática da liberdade e tolerância religiosa. O que se discute é como lidar com supostas igrejas que são, na verdade, negócios altamente lucrativos, à custa da exploração das diversas fragilidades humanas, e também verdadeiros redutos políticos, destinados à construção de projeto próprio de poder. É com esse segmento que o governador atua, inclusive lhe concedendo generosos espaços no governo.

Não é preciso muito esforço de análise para constatar o quanto a oposição está fragilizada. Além da situação acima mencionada sobre a Câmara Legislativa e da pouca atividade dos sindicatos, nota-se também pouca movimentação no sentido de apresentar um projeto mais amplo de atuação política no DF, tendo por foco a situação regional.

É compreensível e perfeitamente defensável que a prioridade seja dada ao enfrentamento com o governo da extrema-direita encastelada no Palácio do Planalto. Todavia, há um governo local

cuja atuação coincide com a do federal em muitos aspectos. Urge, portanto, articular desde a base da sociedade uma movimentação que apresente e construa alternativas à população da capital da república.

Ibaneis é adepto do “Ponte para o Futuro”, programa apresentado pelo MDB ainda no governo Dilma Roussef e que deu base ao governo Michel Temer. Sabemos onde isso leva. Precarização das condições de trabalho nos setores público e privado, ataques aos direitos trabalhistas e sociais, retrocessos na legislação que dão base às políticas públicas e, principalmente, aprofundamento das desigualdades sociais, como provam as estatísticas recentes.

Resistir a isso é bem mais que uma disputa política, é oferecer ao povo propostas de união, organização e luta, seja para solução de seus mais imediatos problemas, seja para construção de uma sociedade baseada na igualdade de condições e de direitos.

Balanço da Atuação do PSOL-DF

O PSOL, no processo eleitoral de 2018, cumpriu um papel político importante para o Distrito Federal, apresentando uma diversificada chapa para todos os cargos em disputa: Senado, Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, GDF e Presidência da República.

Pela primeira vez, elegemos um deputado distrital: Fábio Felix, militante com amplo histórico de lutas em prol dos direitos humanos e do socialismo no Distrito Federal. É também a primeira vez que uma pessoa declaradamente LGBT é eleita para um cargo de tamanha importância. A eleição de Fábio foi uma grande conquista para o PSOL e também para o movimento LGBT+ do Distrito Federal.

Ao mesmo tempo, é importante apresentar algumas críticas construtivas ao processo de escolha das candidaturas majoritárias e proporcionais e também dos critérios de distribuição dos recursos dos fundos partidário e eleitoral. O último congresso do partido no DF, realizado em 2017, trouxe consigo a expectativa de realização de prévias partidárias e de um processo democrático e transparente de divisão dos recursos dos fundos partidário e eleitoral. Contudo, essas propostas não se concretizaram.

É preciso romper a concepção de que as prévias geram desgastes e prejudicam o desempenho do partido. Na realidade, um processo democrático e transparente de escolha fortalece o debate interno, agrega novos apoios e prepara as candidaturas para os desafios da eleição.

Por isso, propomos:

- Efetiva democratização das decisões do PSOL, com realização de prévias partidárias sempre que houve mais de uma pré-candidatura aos cargos majoritários;
- Distribuição equânime dos recursos do fundo partidário e do tempo de TV e rádio;
- Manter o apoio às candidaturas de LGBTQ+, negros e negras, mulheres, pessoas com deficiência e outros grupos vulnerabilizados, mas sem que isso se transforme em desigualdade de direitos na composição das nossas chapas proporcionais e majoritárias.
- Abrir discussão estatutária visando aprofundar a democracia partidária, admitindo, por exemplo, que cada núcleo de base e setorial do PSOL-DF possa indicar democraticamente um membro para compor a Executiva do partido, de modo a estimular a participação efetiva das filiadas e filiados nessas instâncias partidárias;

- Curso de Formação para as e os filiados ao partido, especialmente para quem apresentar candidaturas aos cargos eletivos;
- Reanálise da expulsão de Indianare Siqueira, de modo a se fazer reflexão sobre a expulsão de uma das principais lideranças trans no Brasil;
- Efetivo funcionamento dos setoriais, com destinação de recursos e definição de periodicidade de reuniões;
- Realização de plenárias de militantes com mínima periodicidade trimestral ou sempre que a conjuntura assim exigir.

Assinam essa tese:

- Clayton Avelar
- Fabrício Rocha
- Marcelo Barra
- Marcos Celso
- Natalícia Santana
- Otamir Castro
- Tony Gigliotti Bezerra